

# EUROPA

## Liderança e Estratégia



**Edite Estrela**

O grupo socialista aprovou por unanimidade a indigitação do seu líder, Martin Schulz, à presidência do Parlamento Europeu (PE). Escolha tão natural como acertada. Como líder parlamentar, Martin Schulz demonstrou um profundo conhecimento da Europa na sua complexa diversidade e revelou lucidez e sensibilidade na identificação dos problemas e das respectivas soluções. Antes e depois da crise.

Foi sempre solidário com a nossa delegação, com o PS e com o Governo de José Sócrates. Sempre que precisámos dele, esteve presente. Sempre que lhe pedimos apoio, nunca nos faltou.

Pelas suas características pessoais e políticas - determinação, inteligência, bom senso, capacidade negociadora e de liderança, experiência de vida e sensibilidade social - Martin Schulz é a pessoa certa para a função exigente que vai desempenhar nos próximos dois anos e meio. Como ele próprio afirmou recentemente, "o PE é uma instituição única, com legisladores multinacionais, o lugar para se debater o destino comum dos 500 milhões de cidadãos europeus". Com ele na presidência, o PE não vai prescindir de exercer em pleno as suas competências previstas nos Tratados, no diálogo com a Comissão e o Conselho, e far-se-á ouvir e respeitar à mesa das negociações.

Ter num dos vértices do triângulo europeu, por feliz coincidência no único eleito por sufrágio directo dos cidadãos, um socialista com o perfil de Martin Schulz vai fazer muita diferença. Desde logo, quebrar a hegemonia de direita na liderança institucional e assegurar a representação da esquerda democrática ao mais alto nível,



com os seus valores, os seus princípios e as suas ideias. E, a partir daí, outras mudanças vão surgir, na estratégia, no método e na atitude.

A sua posição no recente debate sobre "a crise económica e o euro" não deixa dúvidas. É a favor de mais integração económica e política. Não aceita a prevalência do método intergovernamental em detrimento do método comunitário. Defende a mutualização da dívida, incluindo a criação de eurobonds. Considera urgente o fim dos paraísos fiscais, alegando que não se pode "impor disciplina orçamental se as pessoas são sacrificadas e os ricos recorrem aos paraísos fiscais". Apoiar o uso dos fundos comunitários como alavanca para o crescimento nos países em dificuldades. Sugere a adopção de critérios de estabilidade orçamental também para os Estados-membros fora da zona euro. E criticou as hesitações dos decisores europeus na gestão da crise, recorrendo à metáfora do burro com uma pata em cada molho de feno, que hesitou tanto sobre qual deveria comer primeiro que acabou por morrer. De facto, três anos depois do tsunami financeiro, a Europa ainda não encontrou a resposta adequada, limitando-se a ir a reboque dos acontecimentos e agindo em função da pressão dos mercados. Com elevados custos económicos e sociais. Os cidadãos perguntam: como é possível termos chegado a este ponto, tendo em conta que a Europa tem 7% da população mundial e 22% do PIB?

Quer a nível europeu, quer a nível nacional, está provado que a terapêutica de austeridade pode matar o doente, uma vez que conduz à retração do consumo e à redução da receita fiscal. É preciso quebrar este círculo vicioso, conciliando as medidas de austeridade com políticas de crescimento económico e de criação de emprego.

A Europa é forte e já venceu outras crises. Agora, é preciso coragem para transformar as dificuldades em oportunidades. Ou seja, liderança e visão estratégica.

# Vencer a crise pela Inovação

## António Correia de Campos

Apesar da reconhecida importância atribuída ao investimento em investigação científica, a Europa tem ficado sempre aquém de alguns dos seus principais competidores em investimento realizado em I&D (1,9% do PIB em 2008, vs 3,44% e 2,76% do Japão e EUA, respectivamente). Este défice de investimento tem vindo a pôr em causa a posição relativa da Europa no que diz respeito ao conhecimento e à inovação, com alguns estados emergentes a conquistarem rapidamente terreno neste domínio, em detrimento dos países com tradição de liderança. Por exemplo, os países BRIC (Brasil, Índia, China) duplicaram o seu investimento em ciência desde o início do século e a China duplicou entre 2002 e 2008 o seu número de investigadores perfilando-se presentemente como o segundo país do mundo com mais artigos científicos publicados, atrás apenas dos EUA-.

A acção Europeia tem desempenhado um papel dinamizador, coordenando os sistemas científicos nacionais, promovendo a excelência científica e construindo uma base forte de investigação pública que atrai o envolvimento do sec-



tor privado para uma Europa mais inovadora. No entanto, o passado recente mostra-nos que os desafios da sustentabilidade e da competitividade não estão ainda ganhos.

O Sétimo Programa-Quadro Europeu para actividades em matéria de investigação e desenvolvimento (FP7) em curso até 2013 é o principal instrumento de que a União Europeia dispõe para financiar a investigação científica. O FP7 foi dotado de uma verba de aproximadamente 53 mil milhões de euros, para os

sete anos de 2007 a 2013, investidos na atribuição de subsídios a investigadores e instituições (Universidades, institutos de investigação, empresas, ou outros) para actividades de I&D, abertas com diferentes graus de acesso, a Estados-Membros da UE e países associados.

O contexto de crise económica e financeira veio agravar a urgência da aposta numa Europa do conhecimento e da inovação, que permita manter os princípios da Europa Social. À medida que os recursos escasseiam e que as pres-

sões aumentam, só uma aposta na sua reinvenção tecnológica pode permitir fazer face aos desafios crescentes. Só dessa forma será possível à Europa, não só ultrapassar as dificuldades que se aviznam, como assegurar a liderança tecnológica que constituirá uma oportunidade, até que o desafio social, ambiental e demográfico chegue, a seu tempo, aos restantes blocos económicos. Por isso, num momento em que está em definição o programa sucessor do actual Programa-Quadro para a investigação, o VIII Programa-Quadro, as tensões são visíveis entre o imediatismo e a estratégia de longo prazo. A resposta só pode ser uma: a do reforço de uma Europa mais coesa, mais solidária e mais empenhada na inovação. O Parlamento está unido na ampliação do financiamento do novo programa-quadro. A proposta da Comissão de lhe dedicar 80 milhares de milhões de Euros deve ser apoiada pelo Parlamento e se possível ampliada. O PE sendo o mais directo representante dos cidadãos Europeus tem que vencer os atavismos e os imediatismos tão comuns nas deliberações do Conselho. Para vencer a crise, a Europa necessita de investir fortemente numa das suas vantagens comparativas: a investigação, o conhecimento e a inovação.

# O papel do comércio externo na superação da crise

## Vital Moreira

A economia europeia depende fortemente do comércio internacional. Somos o maior bloco comercial do mundo, sendo a nossa quota nas exportações e importações globais a mais elevada de todas as grandes economias. Por isso mesmo, a aposta no comércio externo é crucial para o crescimento e o emprego na União. Não se trata apenas das exportações, mas também da importação de matérias-primas, produtos intermédios e componentes para a indústria europeia. Na economia globalizada de hoje, as cadeias de produção nos seus vários estádios são quase sempre plurinacionais e, mesmo, pluricontinentais. Além da sua forte intervenção na liberalização multilateral do comércio internacional, no âmbito da Organização Mundial do Comércio ("Ronda de Doha"), a UE está também empenhada na negociação de diversos acordos plurilaterais sectoriais (por exemplo, o recente acordo contra a contrafacção, denominado ACTA na sigla inglesa) e, também, de um grande número de acordos comerciais preferenciais bilaterais com diversos países (Coreia do Sul, Colômbia e Peru, África



Central, Canadá, Índia, Mercosul, Singapura, Japão, etc.).

No entanto, para que a política de comércio externo da UE desenvolva todas as suas potencialidades importa ter ideias claras sobre o seu sentido e os seus limites. Na verdade, particularmente à esquerda, existem reservas

e suspeições em relação ao comércio internacional, nomeadamente quanto à própria liberalização das trocas comerciais, quanto às vantagens dos tratados bilaterais de comércio livre, quanto à relação entre a política de comércio internacional e outras políticas da União, como a política de ajuda ao desenvolvi-

mento, a política ambiental, a política de direitos humanos, que não podem deixar de ser consistentes entre si.

Há sectores de esquerda com tendências proteccionistas, adversários dos tratados bilaterais de abertura comercial recíproca, e propensos a subordinar a política de comércio externo a outras políticas sectoriais.

Também existem fortes reservas relativamente a uma estrita protecção dos direitos de propriedade intelectual (nomeadamente direitos de autor, marcas, patentes e denominação de origem geográfica), no âmbito do comércio externo. Ora, como declarou recentemente o Comissário De Gucht, a "principal matéria-prima" da UE está justamente na propriedade intelectual, pelo que a política de comércio externo da União não pode deixar de cuidar da protecção dos respectivos direitos, contra a usurpação, imitação ou falsificação alheia.

Precisamos por isso de visitar as ideias tradicionais de esquerda sobre comércio internacional, que constitui um instrumento essencial do crescimento e do emprego da economia europeia. Como já escrevi noutra altura, a economia europeia não pode simplesmente viver sem o comércio internacional.



# Uma nova esperança para as pescas portuguesas?

**Capoulas Santos**

A União Europeia é o maior importador mundial de produtos de pesca em termos de valor, os portugueses consomem em média 56kg de peixe por habitante por ano, valor que representa mais do dobro da média europeia e faz de Portugal o maior consumidor de peixe da União. Os estudos que têm vindo a ser feitos sobre a sustentabilidade dos recursos haliéuticos apontam inequivocamente para a necessidade, urgentíssima, de equilibrar a capacidade das frotas pesqueiras com as disponibilidades de peixe. Ou seja, existe um problema de sobreexploração dos recursos pesqueiros, e a sua chave de resolução não deixa de ser complexa, tornando-se imperativa uma acção concertada que permita o adequado fornecimento da indústria pesqueira e responda à procura dos consumidores, promovendo assim a dinamização e manutenção das comunidades pesqueiras e dos postos de trabalho, objectivos que devem absolutamente ser conciliados com a saúde do meio marinho.

A Comissão Europeia (CE) apresentou



recentemente as propostas que redefinem a Política Comum de Pescas (PCP) para depois de 2013, cuja discussão se iniciará em breve no Parlamento Europeu. Do seu conteúdo, é de destacar a manutenção da exclusividade para as frotas nacionais até às 12 milhas náu-

ticas e até às 100 milhas náuticas no caso dos Açores, Madeira e Canárias, a ênfase na responsabilização "de facto" das instâncias regionais como charneira entre a comunidade científica e a adequação das medidas técnicas e de conservação, a proibição das devoluções ao

mar das espécies pescadas acessoriamente. Um dos aspectos mais gravosos para Portugal contido nas propostas da CE tem a ver com a introdução do princípio das quotas transferíveis, o que conduz inevitavelmente à concentração da actividade de pesca e representa um perigosíssimo precedente. O outro aspecto negativo tem a ver com o anunciado fim dos apoios públicos à modernização das frotas, questão central para uma prática de pesca económica, social e ambientalmente sustentável.

Os objectivos da CE são certamente meritórios, mas para Portugal e a pesca portuguesa, o futuro da PCP deve constituir um incentivo aos eurodeputados portugueses para uma estratégia concertada no sentido de contrariar estes aspectos negativos, e contribuir verdadeiramente para otimizar a relação entre os recursos da pesca com a capacidade da nossa frota, de forma a contribuir para aumentar o rendimento dos armadores e indústria, os salários das populações pesqueiras e estabilizar o emprego no sector a um nível adequado.

## As respostas da Política de Coesão para a saída da crise

**Luís Paulo Alves**

A política de coesão e os seus instrumentos- Fundos Estruturais (FEDER e FSE) e Fundos de Coesão- são indispensáveis na primeira linha das políticas para a saída da crise. É necessário que para além das políticas de austeridade excessiva que estamos a ter, que trazem disciplina financeira necessária, mas que implicam também recessão e empobrecimento, tenhamos políticas capazes de promover o crescimento, o emprego e a riqueza nacional, única forma de podermos vir a ter efectivamente a nossa situação financeira controlada e voltarmos a promover o desenvolvimento do país.

Face à escassez de meios financeiros, públicos e privados, onde se enquadram a fraca disponibilidade da banca para o financiamento, os Fundos Europeus assumem importância decisiva para financiamento das políticas de promoção do crescimento e do emprego, onde o investimento na inovação, qualificação de recursos humanos, infra-estruturas na área energética (somos dependentes) e de ligação ao exterior (somos periféricos), é essencial. Coloca-se todavia o problema da capacidade nacional para absorção dos Fundos Comunitários, sobretudo face à fraca capacidade de proceder ao co-financiamento da compo-



nente nacional. Este é um problema cuja solução passa pelo aumento da componente comunitária do investimento, aliviando o esforço nacional, neste período de dificuldades em que a realização deste tipo de investimentos é mais do que nunca necessária.

Esta crise, que é europeia, agravada por problemas nacionais, tem origens centradas por um lado, nas assimetrias competitivas no interior da União, (que determinam deficits estruturais nuns estados membros, enquanto outros acumulam excedentes) e por outro na perda de competitividade que a própria União como um todo está a enfrentar. É por isso que as Políticas de Coesão e a utilização dos Fundos Comunitários, mais flexíveis, mais acessíveis, são absolutamente fundamentais para a saída da crise e para nos fazer convergir na Europa. E são-no também para a competitividade global da própria União.

Só nos vamos poder manter no mapa da globalização do século XXI, como espaço económico avançado, com a China e os Estados Unidos, se conseguirmos criar com sucesso um projecto comum. Separados, cada um por si, seremos demasiado pequenos para podermos aspirar a manter os padrões a que nos habituamos e iremos ficando irremediavelmente para trás no século XXI.

# UE deve ajudar autoridades líbias a construir um estado democrático



## Ana Gomes

Meio ano depois do início da rebelião popular de 17 de Fevereiro na Líbia e da guerra civil que se seguiu, o conflito estará perto do fim mas não ficará definitivamente resolvido sem a captura do ditador líbio. E, preferivelmente, com o seu julgamento. Caso tenha lugar na Líbia, o processo judicial poderá cobrir todos os crimes cometidos pelo regime de Kadafi - e não apenas os praticados desde a revolta popular, como circunscrito no mandato que o Tribunal Penal Internacional recebeu do Conselho de Segurança da ONU. Nesse sentido importa que os europeus digam aos líbios que um julgamento em Trípoli terá de dar garantias de ser justo e transparente segundo os padrões internacionais, aberto à observação internacional e excluindo a pena capital. A União Europeia (UE), que já desde Maio tem um escritório em Benghazi e correu a agitar a bandeira em Trípoli, logo após a libertação da capital, deve agora rapidamente descongelar os bens líbios referenciados, com supervisão do Conselho de Segurança, e tratar de identificar ou-

tros recursos financeiros desviados pelo regime de Kadafi, assegurando a sua devolução às novas autoridades líbias.

A Alta Representante para Política Externa e o Serviço Europeu de Acção Externa têm de apressar-se a dar resposta aos pedidos líbios de assistência na governação interina e no processo de transição para a democracia, assegurando a indispensável coordenação entre os Estados Membros, para que as agendas nacionais não se sobreponham a uma estratégia europeia coerente. E para não deixar dúvidas sobre o respeito europeu pela soberania do povo líbio. E, ainda, para viabilizar o papel de coordenação que cabe às Nações Unidas na articulação das diversas contribuições internacionais para a reconstrução económica e institucional da Líbia.

Para dar segurança aos cidadãos e promover a reconciliação nacional, a prioridade imediata deve ser desarmar e reinserir social e profissionalmente os civis que se viram obrigados a pegar em armas. A UE pode oferecer a sua experiência para assistir no esforço de desarmamento, desmobilização e reinte-

gração e no apoio à reforma do sector da segurança na Líbia. Também deve estar pronta para ajudar na preparação dos processos constitucional e eleitoral, na construção de um sistema de justiça e na capacitação institucional e da própria sociedade civil.

A credibilidade do futuro governo provisório líbio vai depender da capacidade de cumprir as promessas de construir um Estado democrático, respeitador dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos. O que inclui os trabalhadores migrantes, vítimas de tremenda discriminação não só na era Khadafi, mas ainda agora, com muitos acusados pelos rebeldes de serem mercenários ao serviço de Khadafi apenas por causa da cor da sua pele.

O Presidente Jalil, do CNT anunciou recentemente em Trípoli que a Líbia será um país muçulmano moderado. A UE tem de ser clara nas mensagens que passa aos novos líderes líbios e dizer-lhes que espera que a moderação signifique que a Sharia, já consagrada numa preliminar declaração constitucional como fonte primordial da lei, seja interpretada de

forma a assegurar integral respeito pela prevalência da lei e pelos direitos humanos, em especial os das mulheres. A UE deve encorajar o futuro governo de transição a lançar sem demora o processo de reconciliação nacional e a estimular a participação das mulheres em todos os órgãos de decisão política e económica. Os governos europeus devem, pelo seu lado, tirar as necessárias lições do passado vergonhoso das suas relações com Khadafi, um desgraçado exemplo da política externa europeia. Ou melhor, da falta desta, porque assim se facilitou que os diversos governos europeus rivalizassem nas negociações com o regime de Kadafi, desde a venda de armas à troca de terroristas por contratos de petróleo, à devolução de migrantes ou à colaboração com a CIA no "outsourcing" da tortura de prisioneiros para as mãos dos esbirros de Khadafi.

Uma nova política externa europeia, baseada nos princípios e valores europeus e norteada por objectivos estratégicos comuns, é bem precisa para ajudar a Líbia na caminhada para a democracia, por que o seu povo claramente anseia.